

## Lúcio Costa e a “arquitetura social”

*Vânia Maria Losada Moreira\**

As propostas de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer transformaram rapidamente Brasília no maior e mais ousado empreendimento da arquitetura e do urbanismo moderno. Esta era, pelo menos, a opinião externada por aqueles que acompanhavam os avanços arquitetônicos e urbanísticos modernos e sabiam que, até então, os grandes projetos modernistas, como a construção de cidades, não haviam deixado o papel.

Foi grande a curiosidade, o interesse e as expectativas em torno da nova cidade devido à própria dimensão da obra. Entre aqueles que sabiam que um dos traços mais importantes da arquitetura e do urbanismo moderno era a politização dos profissionais e da atividade em si mesma, as expectativas eram ainda maiores. Isto pode ser observado, por exemplo, nas palavras do escritor André Malraux, então ministro da cultura francês. Quando esteve no Brasil e visitou o grande canteiro de obras do Planalto Central, em 24 de agosto de 1959, Malraux externou um certo espanto frente ao que via:

“Até agora, a arquitetura moderna era uma arquitetura de edifícios. (...) Que ela superasse um dia este épico individualismo - já que a cidade não é apenas um amontoado de casas - nenhum de seus historiadores tinha dúvidas. Quase todos, porém, acreditavam que a arquitetura, em escala maior, isto é, a que cria

---

\* Professora do Dept. de História da UFES, doutora em história pela USP

idades e não edifícios, iria nascer na União Soviética,  
- e eis que ela esta surgindo aqui.” (1960: 405-6)

A politização da arquitetura moderna amparava-se na recusa em ver a arte e a arquitetura como esferas superiores e desligadas da estrutura social. Preconizava-se não só a possibilidade, como a necessidade de um engajamento político e social da arquitetura. A idéia basilar do movimento modernista no ocidente era regenerar as cidades caóticas dos países desenvolvidos e, por extensão, a própria sociedade capitalista em seus aspectos “selvagens”. Desde as primeiras experiências da Bauhaus e de Le Corbusier, logo após a Primeira Guerra, até os manifestos do *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* (CIAM) - fórum de reflexão do movimento moderno da arquitetura e do urbanismo entre 1929 e 1960-, a crítica mais contundente referia-se à selvageria da organização urbana das sociedades capitalistas (Benevolo, 1976: 428).

A nova arquitetura buscava soluções adequadas para as cidades caóticas e inoperantes emergentes com o crescente processo de industrialização e urbanização. A proposta era substituir a antiga ordem por uma organização urbana capaz de distribuir de forma racional e igualitária os bens e serviços da cidade a todos os seus habitantes. Para Le Corbusier, mestre de Lúcio Costa e Niemeyer, a nova arquitetura e o planejamento urbano “racional” poderiam aniquilar, portanto, grande parte das desigualdades sociais condicionadas pela sociedade de classes. Dentro deste contexto, a operacionalização das propostas modernistas permitiriam evitar as revoluções proletárias, através das mudanças radicais que o planejamento urbano operaria nas sociedades modernas (Holston, 1993: 63).

Na então União Soviética, a nova arquitetura e urbanismo buscavam estar a serviço da construção do socialismo. As condições políticas pareciam particularmente favoráveis à “arquitetura social”, que pressupunha um desenvolvimento independente da especulação imobiliária e voltado à construção de unidades cole-

tivas de moradia, trabalho e lazer (casas coletivas, indústrias, clubes operários etc). A idéia de planejamento social, tão apregoada pelo regime russo, permitiu o rápido crescimento de uma arquitetura de ambições globalizantes, transformando aquele país em um dos pólos de reflexão mais dinâmicos da arquitetura e do urbanismo modernos (Benevolo, 1976: 520).

Não por acaso Malraux entendia que a cidade genuinamente modernista deveria, pela lógica, nascer primeiro na grande república socialista. Além disso, impor à sociedade uma arquitetura e um urbanismo, que propunham uma nova organização societária, baseada em princípios de igualitarismo, era um programa muito mais adaptado, ideologicamente, ao regime comunista do que ao Brasil.

O espanto de André Mauraux ao ver a cidade moderna ser construída não na União Soviética mas no Brasil tinha outras implicações políticas. É Juscelino que narra uma passagem significativa a esse respeito. Referindo-se à visita do Ministro da Cultura francês a Brasília, ele afirmou:

“Depois de olhar demoradamente aquele cenário, ele [Malraux], segurando-me o braço, disse-me quase com unção: ‘Como o senhor conseguiu construir tudo isso, Presidente, em pleno regime democrático? Obras como Brasília só são possíveis sob uma ditadura...’”  
(1975:195)

As ambições do movimento moderno de arquitetura e urbanismo eram bastante consideráveis. Visavam, via de regra, à construção de bairros, à reordenação global das cidades ou, ainda, à construção de centros urbanos dentro dos novos padrões. Os projetos grandiosos e dispendiosos apontavam para a necessidade do poder público ser o parceiro preferencial do movimento. Afinal, que outro setor social teria capacidade de financiar as arrojadas propostas modernistas?



Nas democracias européias os percalços enfrentados pelo movimento foram bastante expressivos, inviabilizando a estreita união entre o Estado e a nova arquitetura. As experiências da Bauhaus e de Le Corbusier, por exemplo, conseguiram desagradar tanto parcelas da esquerda quanto os setores conservadores (Benevolo: 1976: 412). Enquanto estes interpretavam que tais experiências eram subversivas, aqueles classificavam-nas como soluções que, ao contrário, estavam reforçando o próprio capitalismo. Foram tantas as discussões políticas e ideológicas que o movimento se viu alijado tanto do apoio mais efetivo do Estado, no sentido de viabilizar os grandes projetos, quanto da possibilidade de exercer o planejamento global ou o próprio “papel social” da nova arquitetura.

A arquitetura moderna acabou encontrando apoio justamente em certos governos totalitários, que começavam a consolidar-se na Europa, entre as duas grandes guerras. O conúbio entre arquitetura moderna e fascismo mostraria-se, contudo, pouco durável. Na Alemanha e posteriormente na Itália, por exemplo, substituiu-se a estética moderna pela neoclássica, interrompendo aquela primeira aproximação. Como explica Benevolo, o nazismo tinha uma clara preferência por “uma arquitetura de celebração, tradicionalista, estritamente alemã” (1976: 538). De qualquer modo, as ligações políticas da nova arquitetura eram, como bem salientou Holston, “voláteis e ambíguas, já que arquitetos radicais batiam às portas de qualquer autoridade, seja de esquerda seja de direita, que lhes parecesse capaz de implementar o planejamento global” (1993: 48).

As dificuldades encontradas pela nova arquitetura nos países europeus levaram muitos profissionais a tentarem desenvolver seus projetos na URSS. Lá, entretanto, a arquitetura moderna viu-se também às voltas com diversas celeumas. O movimento acabou desagradando a elite governante, sobretudo depois da ascensão de Stalin e do recrudescimento do regime (Benevolo, 1976: 528). A desconfiança do Estado acabou solapando os maiores projetos

vanguardistas da época, pois estes estavam em desenvolvimento justamente na jovem república socialista.

Estava claro para Malraux que o sucesso da nova arquitetura ficava na dependência de governos fortes o suficiente para vencer todos os obstáculos financeiros e ideológicos que cercavam a operacionalização das grandes propostas do movimento. Também neste sentido a cidade moderna deveria ter nascido antes na União Soviética - na "ditadura do proletariado" - do que no Brasil sob governo de Juscelino Kubitschek. Para o espanto do ministro francês e provavelmente de outros intelectuais, a cidade genuinamente modernista estava surgindo no Brasil, um país que não era nem comunista nem uma ditadura de caráter burguês. Nascia em um país onde as vanguardas não tinham presença histórica e social expressiva e não haviam esclarecido, a contento, qual era o papel social da arquitetura moderna em países subdesenvolvidos ou, segundo outros, em fase de desenvolvimento.

O papel que a arquitetura e o urbanismo modernos deveriam exercer na sociedade brasileira foi, de fato, pouco esclarecido pelos principais profissionais do período. Lúcio Costa, por exemplo, não fez isso nem mesmo no plano urbano elaborado para Brasília, com o qual saiu vitorioso no concurso público que escolheu o plano piloto da nova capital. Apesar disso, já foi devidamente salientado que as opções urbanísticas de Brasília fazem dela uma cidade modernista modelo, isto é, uma cidade do CIAM (Holston, 1993: 37-65).

Segundo James Hoslton, o Plano Piloto de Lúcio Costa desvinculou Brasília tanto da conjuntura brasileira daquele período, quanto da arquitetura moderna, visando ocultar "suas intenções de mudança social sob uma mitologia de princípios arquitetônicos universalizantes, de cidades antigas e técnicas consagradas de planejamento" (1993: 67). Para ele, Lúcio Costa interpretava a função da cidade moderna nos mesmos termos que o modernismo internacional. Assim, a nova capital funcionaria como um "enclave modernista" que transformaria radicalmente a sociedade brasileira (1993: 84).

Para nós, Costa endossava apenas em parte as avaliações sobre o papel da arquitetura na sociedade contemporânea. Na Europa ocidental e no Brasil, variavam muito o grau de confiança de que a nova arquitetura e urbanismo poderiam, por si só, transformar radicalmente a sociedade. No Brasil, por exemplo, quem de fato interpretou a nova capital como um “enclave modernista” fadado a transformar a estrutura social e econômica do País foi o crítico de arte Mário Pedrosa, não vislumbrado, aliás, na obra de Holston. Lúcio Costa e Niemeyer, ao contrário, conferiam um papel mais modesto para a arquitetura e urbanismo, embora tenham aplicado em bloco os principais preceitos da abordagem modernista na concepção da cidade.

Apesar de Lúcio Costa ter evitado o debate sobre objetivos sociais subjacentes ao planejamento urbano de Brasília, ele deixou alguns registros claros sobre o papel da arquitetura de seu tempo. Em artigo de 1952, afirmou que o arquiteto era uma síntese de “técnico”, “sociólogo” e “artista”. Em outras palavras, segundo Costa o arquiteto era

“... o indivíduo capaz de prever e antecipar graficamente, baseado em dados técnicos precisos, as soluções desejáveis à vista de fatores físicos e econômico-sociais que se impõem.” (1962: 235)

Costa atribuía, deste modo, uma grande responsabilidade à sua categoria profissional. Esta deveria “antecipar” soluções urbanas e arquitetônicas tendo em vista o desenvolvimento social e econômico e suas demandas presentes e futuras. O exercício de tal papel social estava ao alcance de qualquer arquiteto, pois, do ponto de vista técnico, o planejamento arquitetônico e a construção civil já haviam se desenvolvido a ponto de “... poder resolver plenamente todos os problemas relacionados com o bem-estar e o conforto individual ou coletivo em escala universal” (1962: 236).

Foi Walter Gropius, na Bauhaus, quem primeiramente colocou a questão entre *arte e técnica e trabalho artesanal e*



*trabalho industrial* em termos modernos, indicando que era necessário encontrar na indústria as oportunidades de desenvolver-se um trabalho de “qualidade” aliado à “quantidade” (Benevolo, 1976: 420). Seguindo esta orientação do pensamento modernista, Lúcio Costa entendia que a sociedade industrial, com sua capacidade de produção em larga escala, era virtualmente capaz de atender à demanda de toda a população. Assim, a substituição da produção artesanal pela fabril tornava o planejamento urbano apto a proporcionar o bem-estar coletivo e individual. Entretanto, Costa enumerou algumas restrições de ordem social e econômica que impediam a realização da vocação social da arquitetura.

Dentre os fatores arrolados, ele destacou, em primeiro lugar, à questão do poder aquisitivo da maioria da população. O baixo nível de renda restringia o consumo e o próprio desenvolvimento das potencialidades de produção do sistema industrial. Neste contexto, a arquitetura moderna via-se impedida de resolver os problemas de bem-estar coletivo e individual. Em última análise, a nova arquitetura só poderia garantir uma distribuição mais racional e igualitária dos bens e serviços produzidos se a indústria desenvolvesse sua capacidade produtiva em escala suficiente para atender toda a demanda social (1962: 238).

Em segundo lugar, Costa pontuou que as camadas de menor renda eram virtualmente o setor social que mais se beneficiaria com a implementação do planejamento urbano (1962: 239). Entretanto, as grandes massas desconheciam as soluções da arquitetura moderna para garantir, justamente, um melhor padrão de vida para todo o conjunto social. Segundo Costa, este desconhecimento gerava um círculo vicioso: se os principais interessados “... não antevêm não podem aspirar; se não aspiram não terão motivos para reclamar o que de direito já lhes é devido.” (1962: 239).

Em terceiro e último lugar, Costa frisou que parte da opinião culta, dos profissionais e dos setores dirigentes também desconheciam as propostas da nova arquitetura ou, o que era pior, mantinha uma atitude “refratária e hostil” em relação a ela (1962: 241). Ele estava, portanto, plenamente ciente das celeumas políticas que

envolviam a arquitetura emergente, o que explica sua recusa em debater abertamente o papel social de Brasília que realizava-se segundo os preceitos da nova tendência.

Para Lúcio Costa, entretanto, enquanto o primeiro entrave era um problema de ordem social e econômica, longe da alçada dos arquitetos, os dois outros poderiam ser vencidos através de um processo de esclarecimento público sobre as potencialidades da nova arquitetura. Preconizou, desse modo, a produção de filmes e de brinquedos educativos para transmitir as novas concepções de lar e cidade (1962: 240).

O Brasil, no entanto, ainda não tinha um parque industrial com capacidade virtual de atender a grande demanda de sua população, como os existentes em certos países da Europa ocidental. Do ponto de vista teórico adotado por Costa, isto não era um empecilho para a adoção da arquitetura e do planejamento urbano moderno no País. No artigo já citado, Costa trabalhou com as categorias “sociedade artesanal” e “sociedade industrial”, supondo que mais cedo ou mais tarde a produção industrial seria implantado em escala mundial, superando as sociedades artesanais. A partir deste pressuposto, a nova arquitetura mais cedo ou mais tarde seria um instrumento de planejamento eficiente para todos os países, inclusive para o Brasil.

Nada mais distante do escopo de análise de Lúcio Costa do que o conceito “subdesenvolvimento” para definir a realidade nacional ou de outros países. Se eventualmente tal categoria surgisse em seu artigo significaria, no máximo, ausência de desenvolvimento industrial e não uma forma distinta de desenvolvimento com suas próprias características e limitações. O papel social da nova arquitetura era, para Costa, unívoco. Isto é, ele não supunha que em diferentes condições sociais e econômicas a nova arquitetura também assumisse funções distintas. Aliás, o arquiteto apenas acreditava que, dependendo do contexto econômico e social, a arquitetura e o urbanismo modernos teriam mais condições ou não de realizar seu papel social.



Ao contrário de seu mestre Le Corbusier, Lúcio Costa não definia o arquiteto como um reformador da sociedade capitalista. Segundo ele, a lógica inerente ao sistema de produção fabril tendia, por si só, a uma distribuição mais igualitária dos bens e serviços socialmente produzidos. A característica que definia os tempos industriais era justamente a capacidade de produzir o suficiente para o conjunto da sociedade. Tal virtualidade do sistema, como ele mesmo afirmou:

“... se há de estabelecer, não em termos facultativos de solidariedade humana e caridade, mas por **imposição material** da técnica moderna de produção em massa” (1962: 250).

Em outras palavras, a “lógica” do desenvolvimento capitalista, no seu suposto devir, resolveria o problema da restrita capacidade de consumo da maior parte da população para garantir a expansão do sistema. Dentro deste contexto, o papel do arquiteto no mundo contemporâneo era, para Costa, mais modesto. O arquiteto deveria estar apto para “prever” e “antecipar” soluções. Ou, segundo suas próprias palavras, a função do técnico “é planejar na previsão do desenvolvimento futuro” (1962: 238).

O Plano Piloto de Brasília foi elaborado em função das potencialidades do sistema capitalista de produção. Isto é, Costa realizou o planejamento da nova cidade tendo em vista suas projeções para o futuro brasileiro, embora naquele momento o sistema industrial nacional ainda estivesse longe de seu pleno desenvolvimento e realizasse, ainda, uma distribuição restritiva dos bens e serviços.

Brasília foi planejada para ser capaz de distribuir de forma racional e igualitária os bens e serviços a todos os habitantes, e, para tanto, Costa aplicou o modelo de zoneamento urbano propostos por Le Corbusier e pelos manifestos do CIAM (Holston, 1992: 37-8). No caso brasileiro, a cidade moderna, com capacidade de oferecer condições de bem-estar coletivo e individual, era uma

solução que se antecipava a própria modernidade do País, devido ao descortino de seus idealizadores.

A nova capital era sobretudo uma cidade planejada para o futuro e, pelo menos para Costa, não existia nenhuma tensão real entre a arquitetura moderna e a sociedade brasileira, que ainda não havia desenvolvido todas as virtualidades da produção industrial. Reformar o sistema e evitar revoluções eram problemas não vislumbrados por Lúcio Costa. A nova arquitetura possuía, entretanto, um sentido político, pois era um importante veículo de conscientização da população sobre seu direito ao bem-estar, no contexto do mundo contemporâneo e capitalista. Sob tal perspectiva Brasília, mesmo sendo uma cidade que só encontraria plena cidadania no futuro, cumpriria, naquele momento, o papel pedagógico da arquitetura moderna.

Os brasileiros, ao contemplar a cidade moderna, iriam conscientizar-se de que o desenvolvimento técnico da nova arquitetura era capaz de resolver todos os problemas relativos ao conforto individual e coletivo. Mais que isso, os brasileiros se tornariam aptos a reivindicar este novo padrão de vida, forçando o governo a tomar providências neste sentido. Brasília era, desse modo, um ato pedagógico e político. Mostrava - não na escala de maquetes ou de brinquedos, mas na escala real e palpável - como a cidade moderna poderia ser a solução dos problemas de bem-estar coletivo e individual.

Os paradoxos entre a vocação pedagógica de Brasília e a realidade nacional eram, entretanto, bastante gritantes e repercutiam dentro da própria cidade que nascia. Tanto era assim que, por iniciativa da NOVACAP - empresa estatal constituída pela administração JK para construir Brasília -, foram criadas as cidades-satélites para abrigar os trabalhadores da construção civil que se avolumavam no grande canteiro de obras do Planalto Central.

A idéia inicial subjacente à criação das cidades-satélites era impedir que os obreiros se instalassem no perímetro urbano da nova capital. Mais que isso, visava facilitar a dispersão dos trabalhadores depois de passado o período mais intensivo de construção. O

reconhecimento legal das cidades-satélites foi, não por acaso, sempre evitado. Taguatinga, por exemplo, só foi oficializada depois de intenso movimento social, liderado pela Associação Comercial daquela localidade. As cidades-satélites tornaram-se indispensáveis à existência de Brasília: a cidade modelo do bem-estar social.

Embora as cidades-satélites demonstrassem as terríveis limitações que o contexto social e econômico brasileiro impunha às pretensões racionalizadoras da arquitetura moderna, Lúcio Costa acabou encontrando nelas o meio de garantir a integridade de sua cidade moderna. Em dezembro de 1961, preocupado com a consolidação da Cidade Livre e de outros núcleos urbanos não planejados localizados no perímetro urbano de Brasília, Costa escreveu para o presidente Goulart, pedindo providências contra a legalização desses núcleos. Em outras palavras, Costa procurou evitar que a Cidade Livre se transformasse em uma cidade-satélite. Segundo o arquiteto, a área havia sido ocupada a título precário e deveria ser

“... gradualmente sangrada, não se fazendo ali benfeitoria alguma e impedindo-se qualquer modalidade de nova ‘invasão’, para que o próprio interesse leve a população a se transferir, pouco a pouco, para o corpo da cidade ou para os núcleos satélites periféricos, mediante garantias, inclusive isenção de impostos por determinado período e facilidades bancárias, e isto embora se saiba que, com o tempo e as sucessivas transferências de domínio, já transformou o título honroso de pioneiro e os favores recebidos em mera fonte de especulação.” (Costa, 21-12-1961)

Lúcio Costa não problematizou as dificuldades e possíveis tensões entre a cidade construída para o futuro e a realidade do País. Diante dos paradoxos que começaram a surgir, a praxis do arquiteto tornou-se o inverso de seu discurso.



Teoricamente, a nova arquitetura era uma aliada da sociedade civil. Resolveria os problemas de conforto ou, ainda, funcionaria como instrumento de conscientização sobre os direitos dos cidadãos no quadro da sociedade industrial. Na prática, no entanto, o arquiteto buscou aliar-se ao Estado e fazer dele o guardião da cidade moderna, contra, justamente, uma parcela significativa da sociedade civil. A tentativa de desativação do Núcleo Bandeirante demonstrava que a cidade moderna estava traindo notadamente a parcela mais pobre da população de Brasília, isto é, aquela parte da sociedade que, segundo Costa, seria a maior beneficiária da nova arquitetura.

A cidade moderna nascia, portanto, como a cidade dos burocratas, negando cidadania aos seus construtores, os candangos. Do ponto de vista prático e “pedagógico”, a nova cidade “ensinava” que, aos pobres, cabia somente o direito de construir cidades-monumentos. Tal ensinamento foi, aliás, amargamente experimentado pelos construtores de Brasília que não conseguem lembrar da grande epopéia sem expressar ressentimento (Teixeira, 1982: passim)

### **Bibliografia**

BENEVOLO, Leonardo. 1976. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva.

COSTA, Lúcio. 1961. *Carta de Lúcio Costa de 21-12-1961 ao presidente João Goulart*. Rio de Janeiro: ARQUIVO HERMES LIMA/ FGV/CPDOC.

COSTA, Lúcio. 1962. O arquiteto e a sociedade contemporânea. In: *Sobre Arquitetura*. Porto Alegre: Imprensa Universitária-UFRGS.

HOLSTON, James. 1993. *A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras.

KUBITSCHKE, Juscelino. 1975. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores.

MALRAUX, André. 1960. Oração em Brasília. In: Orico, Oswaldo. *Brasil, capital Brasília*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, p. 405-406.

TEIXEIRA, Hermes Aquino. 1982. *Brasília: o outro lado da utopia*. Dissertação de Mestrado Brasília - Departamento de História/ UnB, Brasília.